

"Pôr ordem" nas Belas-Artes do Porto

Na Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto (FBAUP) há muito que a confusão está instalada. O que passa para o exterior é a imagem de estudantes e professores e órgãos de gestão que não se entendem, processos em tribunal e, principalmente, um clima de suspeição com os estudantes a exigirem uma inspecção, a intervenção rápida da Reitoria da Universidade do Porto e do Ministério da Educação (ME) e, mais recentemente, a avançarem com um pedido de sindicância à faculdade.

Desde que passou de escola superior a faculdade, há pouco mais de três anos, Belas Artes não mais deixou de estar no centro das atenções, se bem que não pelos melhores motivos. Independentemente de existirem inúmeras causas para esta situação, o «Diário de Notícias avançava, em Abril deste ano, com um motivo que podemos considerar pertinente: «A instituição ainda não conseguiu integrar-se no sistema universitário». E assim parece. A contestação mais visível começou em Maio de 1997, altura em que os alunos se revoltaram contra as aulas, os docentes, as frequências e os professores de geometria. Aliás a geometria parece estar sempre no cerne de todos os malabarismos. Bem ou mal, houve um entendimento entre contestados e contestatários e ficou decidido que os programas de geometria seriam reformulados.

Os estudantes, no entanto, garantem que nada mudou e Edgar Silva e Fernando Granjo, do Conselho Directivo da FBAUP, numa coluna de opinião do Diário de Notícias, afirmavam mesmo que se assistiu a «malabarismos e truques, óbvios e baixos, no sentido de fazer algo que nada transformasse, mas desse a ideia de que algo se estaria a fazer». Entre outras coisas, e muito para além dos problemas com a cadeira de geometria, estes responsáveis falavam de actas que não existem, outras que não reflectem o que se passou, «medidas administrativas para silenciar posições incómodas», «professores inexistentes com cadeiras com frequências programadas», «obras que decorrem com enorme elasticidade legal» e, sempre, poucos alunos a frequentar as aulas e elevadíssimas taxas de reprovação, principalmente em geometria.

Indignados, os estudantes fecharam as portas da faculdade durante quase duas semanas em Fevereiro deste ano e pediram uma inspecção à faculdade. Após isso, a associação de estudantes (AE) elaborou um relatório, que fez chegar ao ME, onde são apontadas «graves irregularidades» na gestão administrativa e financeira, o que faz com que a faculdade funcione «na mais completa ilegalidade». Este mesmo relatório foi entregue recentemente aos grupos parlamentares do PS e do PSD e serviu de base ao pedido de sindicância à faculdade.

Antes mesmo da inspecção avançar o reitor da Universidade do Porto, na altura Alberto Amaral, considerou que se devia começar pelas questões financeiras e ordenou a realização de uma auditoria externa, que começou em finais de Agosto. Segundo explicou Rui Semblano, presidente da AE de Belas-Artes, o novo reitor já lhes deu garantias de que iria avançar com o pedido de sindicância dentro em breve, estando dependente, agora, da apresentação dos resultados dessa auditoria.

Independentemente do que revelar a auditoria, Rui Semblano garante e está convencido de que a sindicância é para ir em frente, tanto mais porque, neste momento, até os professores estão interessados nisso, quanto mais não seja para se «provar que não temos razão».. E apesar de considerar que não há casos de desvio de dinheiro em Belas-Artes, o presidente da AE acha que a auditoria «pode indicar que se anda a gastar dinheiro em coisas que não são necessárias e professores a ganhar por serviços que não deviam».

Sobre todo este caso, fonte do Ministério da Educação, em declarações ao nosso jornal, adiantou apenas que o «assunto está a ser devidamente estudado» e que para o pedido de sindicância avançar, a exemplo do que aconteceu na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, não chega a associação de estudantes pedir, tem de ser a reitoria a fazê-lo.

O que os estudantes querem, explica Rui Semblano, «é pôr ordem na casa». E o primeiro ponto é regulamentar o funcionamento dos órgãos e de algumas disciplinas. Quanto à geometria descritiva, os alunos temem vir a sofrer um novo problema com o início deste ano lectivo. É que os dois novos professores que foram contratados o ano passado e que, diga-se, «conseguiram ter uma maior percentagem de alunos nas suas aulas e fazer com que estes subissem as notas, estão na iminência de se irem embora. Tudo isto porque eram contratados e não entraram para os quadros, por isso, como diz Semblano, «podemos perdê-los». No que diz respeito aos outros três professores mais contestados («com excepção para o prof. Lucena, que a meio do ano parece ter acordado»), «mantém-se o número de chumbos brutal e notas dadas a conta-gotas», conta o presidente da AE de Belas-Artes.

Adivinham-se, por isso, novas contestações e ainda muita água a correr debaixo da ponte.

Luísa Melo